



## PRÁTICAS GRUPAIS COMO GARANTIA DE DIREITOS PARA A INCLUSÃO DE JOVENS E ADULTOS COM SÍNDROME DE DOWN

Gislaine Cristina Müller - Univali  
[gislaine\\_muller@live.com](mailto:gislaine_muller@live.com)

Cristian Andre Fernandes da Cruz - Univali  
Josiane da Silva Delvan da Silva - Univali

**RESUMO:** Compreende-se que os sujeitos com deficiência intelectual possuem limitações significativas intelectuais e na atuação social. A síndrome de Down é a causa mais comum de deficiência intelectual na população, resultante de uma alteração genética ligada ao excesso de material cromossômico marcada, principalmente, por características fenotípicas e comprometimento neurológico. Esta população, quando atendida e estimulada adequadamente, segundo o proposto pelas Diretrizes de Atenção à Pessoa com Síndrome de Down e pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/15), consegue desempenhar uma vida saudável, autônoma e de plena inclusão social. Isto posto, o objetivo das intervenções no campo foi elaborar grupos socioeducativos multiprofissionais com jovens e adultos com diagnóstico de síndrome de Down. Trata-se de um relato de experiência de estágio específico de graduação em Psicologia realizado em uma associação que atende multidisciplinarmente usuários com síndrome de Down e suas famílias, nas modalidades individual e grupal, em municípios de Santa Catarina. Foram realizados grupos com, em média, dez participantes, semanalmente, em dois dos municípios de abrangência da associação. As temáticas abordadas foram identificadas mediante levantamento prévio com os participantes e seus familiares, sendo estas: participação social, bem-estar físico e emocional, empoderamento e autoconhecimento, desenvolvimento pessoal e relações interpessoais. Os grupos foram desenvolvidos a partir do modelo social da deficiência, resultando na garantia de direitos conforme a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Observou-se, através do autorrelato dos participantes do grupo e do feedback de seus familiares, que as atividades contribuíram para o aprimoramento da autonomia em aspectos das relações interpessoais, como o desempenho de papéis sociais relativos a vida de jovens e adultos e a luta pelos seus direitos, permitindo que, ao mesmo tempo em que os sujeitos se integram à comunidade, instruem àqueles em sua volta. As intervenções buscaram inserir os participantes em espaços públicos de lazer e cuidado e, como resultado, desenvolveram habilidades sociais e de rotina, além de promover a saúde e inclusão social. A atuação do psicólogo em instituições que buscam desenvolver a inclusão de jovens e adultos com deficiência intelectual foca-se na elaboração de meios para que a população atue de forma autônoma, buscando o protagonismo da vida adulta. Deve-se, contudo, salientar o déficit de publicações científicas sobre a vida adulta de pessoas com deficiência intelectual, e reivindicar a necessidade imediata de novas pesquisas sobre intervenções em Psicologia e outras áreas da saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** Deficiência Intelectual; Inclusão; Políticas Públicas; Psicologia; Síndrome de Down.